

## LENIN E A REVOLUÇÃO<sup>1</sup>

Gianni Fresu<sup>2</sup>

**Resumo:** O centenário da Revolução de Outubro transcorreu num clima cultural e político claramente desfavorável ao livre confronto intelectual e bem pouco disposto a avaliar razões e heranças de um evento que, qualquer que seja nosso julgamento subjetivo, representa uma mudança radical de curso da história da humanidade, da qual não se pode ignorar. Isto acabou por condicionar toda tentativa analítica que buscasse abordar de maneira “desinteressada” a biografia do revolucionário russo, impossibilitando a avaliação sem preconceitos do conjunto de sua produção intelectual e política. Todavia, situar Lenin num mostruário de teratologia acaba dificultando uma investigação científica da importância de sua teoria; por conseguinte, de compreender o como e o porquê de uma teoria que, para além dos acontecimentos russos, abriu ao marxismo as portas de continentes distantes e periféricos, possibilitando processos revolucionários sequer imagináveis segundo os cânones do velho marxismo ocidental, preso aos paradigmas do positivismo determinista.

**Palavras-chave:** Materialismo Histórico; Dialética; Revolução.

**Abstract:** The centenary of the October Revolution took place in a cultural and political climate clearly unfavorable to free intellectual confrontation and very unwilling to evaluate reasons and inheritances of an event that, whatever our subjective judgment, represents a radical change in the course of human history, which you cannot ignore. This ended up conditioning any analytical attempt that sought to approach the biography of the Russian revolutionary in a “disinterested” way, making it impossible to evaluate without prejudice the whole of his intellectual and political production. However, placing Lenin in a showcase of teratology ends up hampering a scientific investigation of the importance of his theory; therefore, to understand the how and why of a theory that, in addition to Russian events, opened the doors of distant and peripheral continents to Marxism, enabling revolutionary processes not even imaginable according to the canons of the old Western Marxism, tied to the paradigms of positivism deterministic.

**Keywords:** Historical materialism; Dialectic; Revolution;

O centenário da Revolução de Outubro transcorreu num clima cultural e político claramente desfavorável ao livre confronto intelectual e bem pouco disposto a avaliar razões e heranças de um evento que, qualquer que seja nosso julgamento subjetivo, representa uma mudança radical de curso da história da humanidade, da qual não se pode ignorar. Num contexto no qual comunismo e nazismo são apresentados como irmãos gêmeos, filhos da mesma degeneração (o trauma da Primeira Guerra Mundial), o principal protagonista da Revolução russa é frequentemente considerado como a origem de todo fanatismo ideológico moderno. Se o século XX é considerado como o século dos horrores, das ditaduras e dos totalitarismos, no centro deste quadro apocalíptico, Lenin aparece como o arquidiabo a quem são imputadas todas as calamidades de um século sangrento, incluindo-se o fascismo (Cf. Losurdo, 1998).

Não apenas no mundo liberal, mas também à esquerda, a principal acusação dirigida à Revolução de Outubro pode ser sumarizada essencialmente no fracasso da extinção do Estado. Ao contrário, a hipertrofia de suas funções e das atividades necessárias à direção deste processo histórico inédito [isto é, o processo da revolução bolchevique] - que acabou por esvaziar o conceito de liberdade individual, culminando na inviabilização de sua existência - explicaria a natureza liberticida do socialismo histórico. Trata-se da ideia de uma relação inversamente proporcional entre a esfera das liberdades e a extensão das atividades do Estado, uma ideia que unifica a concepção de “governo limitado” de Locke às teorias sobre o totalitarismo de Hannah Arendt. A condenação prévia ou

<sup>1</sup> Tradução do italiano de Geraldo Magella Neres.

<sup>2</sup> Professor da Universidade Federal de Uberlândia.



póstuma da ambição de regular politicamente a vida social, de intervir na economia e de fornecer um lineamento geral à vida de uma comunidade nacional é, neste sentido, uma decorrência da tese ideológica mais eficaz do liberalismo: a pretensa capacidade “natural” de autoregulação das leis de mercado, teoricamente incompatível com a “irrupção” artificial ordenadora da política. E eis que até Slavoj Žižek, por exemplo, após dedicar várias páginas às origens dos horrores do bolchevismo e do jacobinismo, identificando-as na “histeria ideológica” e no mesmo “igualitarismo radical” partilhado por ambos, aborda um ponto importante, quando reconhece a necessidade de problematizar o conceito de totalitarismo, afirmando que a compreensão do “terror político” deve ser buscada na “subordinação” da esfera produtiva material à “lógica política” que, em última análise, “negaria sua autonomia”. Além disto, a histeria ideológica bolchevique seria, em sua opinião, muito mais nefasta organicamente do que a jacobina, em função do “extremo realismo” imanente ao movimento revolucionário russo:

“Os críticos gostam de identificar o terror como o fim comum das revoluções, mas para os jacobinos, o terror era estritamente uma ferramenta vinculada também ao uso contra eles próprios: desencadearam o terror de Estado para regular e conter o terror popular (os massacres de setembro de 1792), com a palavra de ordem “somos terríveis e dissuadiremos o povo de sê-lo”, evitando assim que o povo se tornasse o artífice do terror”, (Žižek, 2017, p. 50-51).

Os juízos severos de condenação, sem qualquer apelo, condicionaram inevitavelmente toda tentativa analítica desinteressada sobre a biografia do revolucionário russo, impedindo-se a avaliação despreconceituosa do conjunto do *corpus* de sua produção intelectual e política. No entanto, ao situar Lenin num mostruário de teratologia, torna-se também difícil avaliar cientificamente a importância de uma teoria que, para além dos acontecimentos russos, abriu as portas de continentes distantes e periféricos ao marxismo, possibilitando processos revolucionários sequer imagináveis segundo os cânones do velho marxismo ocidental, preso aos paradigmas do positivismo determinista (Anderson, 1995, p. 123-35).

Segundo Giacché, deve-se recusar metodologicamente qualquer teleologia histórica, com a qual se pretenda arquivar um inteiro período histórico, considerando-se apenas o seu ponto de chegada. Pelo contrário, “o fim inglório da URSS e das democracias populares da Europa Oriental sorveu em seu próprio redemoinho, por assim dizer, toda a parábola histórica da experiência soviética, reduzida a um desvio regressivo do caminho - de outra maneira linear - do capitalismo, ou, segundo outras variantes hoje em voga, da democracia liberal ou da sociedade liberal baseada no consumo (Giacché, 2017, p. 11). “Portanto, eliminar o campo das excomunhões preventivas não significa ser indulgente em relação aos limites de um evento influenciado por contradições orgânicas múltiplas, e que se concluiu com uma derrota esmagadora do socialismo. Pelo contrário, a exigência de conciliar as dimensões formais da liberdade democrática com os valores de igualdade e justiça substantivas, permanece como um tema inevitável, colocando em questão os limites e o desenvolvimento insuficiente do socialismo histórico. No entanto, a abordagem crítica necessária não pode se traduzir em seu oposto, isto é, na recusa apriorística, que nos impediria de identificar qualquer contribuição progressiva originada da experiência do socialismo do século XX. As premissas, métodos e objetivos podem ser contestados, mas, sem a contribuição da Revolução de Outubro, não se pode explicar nem mesmo a afirmação dos direitos sociais mais elementares, como, por exemplo, a extensão dos direitos de cidadania às mulheres, que até 1917 estavam excluídas do conceito ocidental de universalidade. Assim como não pode explicar como a Revolução de Outubro pôde fornecer um impulso vigoroso às lutas de libertação nacional dos povos subjulgados pela dominação ocidental, que acabou por favorecer o mais amplo e profundo processo de descolonização da história da humanidade.

Segundo Domenico Losurdo, entre os seus muitos significados, a Revolução Russa representou um ponto de virada na história mundial, principalmente pelo seu conteúdo e ensejo

anticolonial. E é aqui, exatamente nesta altura, que se destaca a distinção entre o marxismo “oriental” e o marxismo “ocidental” que sucedeu a Marx. Não é por acaso que a incompreensão, a subestimação ou o paternalismo em relação à questão colonial (e, no seu interior, à centralidade da questão agrária) produziu leituras contraditórias, que explicam grande parte da subalternidade ideológica, da incapacidade de ação e da marginalidade da esquerda nos países de capitalismo avançado:

“Historicamente, aconteceu que os países de orientação socialista e comunista (todos externos ao Ocidente) tiveram que assumir a tarefa (a realização da “emancipação política plena”) que Marx atribuíra à revolução burguesa, e que esta provou ser e ainda se mostra incapaz de realizar. Neste sentido, é como se estes países tivessem sido congelados no estágio do futuro em ato, que Marx considerou intrínseco à própria sociedade burguesa, ou, no primeiro momento do futuro imediato, o da expropriação do poder político da burguesia”, (Losurdo, 2017, p. 182).

O tema da revolução, portanto, é muito mais amplo do que parece e requer aprofundamentos sistemáticos (nem apologéticos, nem liquidatórios) somente para explicar os elementos inéditos, as dinâmicas e também as contradições de um século denso de lutas e de participação popular de massa, como foi o século XX. Nesta perspectiva, a fim de contextualizar a gênese das teorias leninistas, Tamás Krausz postula a exigência de estudar cuidadosamente o período entre 1890 e 1917, durante o qual o revolucionário russo buscou constantemente responder a duas perguntas, a fim de apreender a lógica e as peculiaridades do processo de emancipação humana em seu país: “1) explicar a natureza e as combinações (internas e externas) que tornaram absolutamente original o processo de afirmação do capitalismo na Rússia; 2) compreender as raízes do capitalismo agrário, as novidades e as contradições da revolução em curso no regime fundiário”. Precisamente, “o crescimento impetuoso da indústria pesada nas duas principais cidades, sua extensão para as áreas circunvizinhas e as perspectivas de desenvolvimento induzidas pela exploração das imensas reservas de recursos minerais ainda não valorizadas”, de fato, “incitaram a intelectualidade nacional [russa] a refletir sobre o potencial desta nova fase para a formação de um império multinacional compósito e caracterizado por imensas contradições histórico-sociais” (Krausz, 2017, p. 104).

\*\*\*

Um dos temas mais característicos da teoria da revolução em Lenin é a necessidade de traduzir os princípios do materialismo histórico em chave nacional, rejeitando as afirmações “generalistas” sobre o capitalismo e a revolução, para construir uma nova teoria da transformação com base na concretude de cada formação econômico-social. Polemizando tanto com as posições ortodoxas de Kautsky, quanto com as revisionistas de Bernstein, Lenin foi o protagonista de uma dura disputa teórico-política no interior do movimento socialista internacional (De Moraes, 2017). De acordo com as diretrizes então vigentes, assim como nas ciências naturais, que concebem a passagem do macaco ao homem por motivos imanentes ao processo evolutivo das espécies, da mesma maneira se concebia a progressão do modo de produção feudal ao modo de produção burguês, para então, via contradições conexas à evolução “natural” das relações sociais de produção, chegar-se ao socialismo. Tratava-se de um esquema fixo, único, de modernização e transição que ignorava totalmente a realidade histórico-territorial do processo *in atto*. Nesta perspectiva, um país atrasado como a Rússia não poderia sequer pensar num processo revolucionário socialista, sem antes experimentar todas as etapas da “via crucis do capitalismo” e dos estágios evolutivos da sociedade burguesa (Fresu, 2017 b, p. 109-19).

Este é um tema também presente em Gramsci, segundo o qual (Q. 14), a tarefa da “classe internacional” consiste, antes de tudo, em “estudar a combinação exata de forças nacionais”, que se

desenvolve também em função das exigências internacionais. Como apenas a classe dominante, capaz de interpretar estas combinações, pode ser definida como tal, eis que as acusações de nacionalismo de Leon Davidovich (Trotsky) dirigidas a Bessarione (Stalin) acabaram se revelando ineptas, se referidas “ao cerne da questão”. Quando se estuda todo o esforço da “maioria” (os bolcheviques) entre 1902 e 1917, prossegue Gramsci, compreende-se, pelo contrário, como sua originalidade residia exatamente em “depurar o internacionalismo de todo elemento vago e puramente ideológico (no sentido pejorativo), para fornecer-lhe um conteúdo de política realista” (Gramsci, 1975, p. 1729). Em outras palavras, a hegemonia se substancializa nas exigências de caráter nacional e, portanto, uma classe internacional, se esta deseja liderar estratos sociais estritamente nacionais, deve, antes de tudo, nacionalizar-se, principalmente porque – também devido à derrota das revoluções no Ocidente – não existiam as condições objetivas mundiais para o socialismo, sendo necessária a ocorrência de vários estágios nos quais as combinações nacionais individuais poderiam ser as mais diferentes possíveis.

É interessante notar como Gramsci vincula as atitudes “não nacionais” aos erros já cometidos pelo mecanicismo determinista da Segunda Internacional, erros que produziram inércia e passividade no movimento operário, numa fase na qual ninguém se considerava em condições de iniciar o processo revolucionário e, enquanto se esperava pelos outros, o movimento se limitava a acumular forças. Agora, a mesma atitude “não nacional”, isto é, a mesma abstração dogmática estava representada na teoria da revolução permanente, que Gramsci definiu como o resultado de um “napoleonismo anacrônico” e “antinatural”: “As fraquezas teóricas desta forma do velho mecanicismo são mascaradas pela teoria geral da revolução permanente que, nada mais é, do que uma previsão genérica, apresentada como dogma e que não se sustenta, porque não se manifesta efetivamente” (Gramsci, 1975 p. 173).

## 1. A ORIGINALIDADE DE LENIN

Segundo Lukács (Lukács, 1970, p. 21), Lenin havia compreendido o problema fundamental da revolução no momento histórico de sua iminência. No processo de decomposição do feudalismo rural e do absolutismo czarista, marcado por revoltas populares cada vez mais frequentes contra o poder estabelecido, todas as perspectivas revolucionárias estavam bloqueadas por uma única questão: a Rússia também deveria passar pelo mesmo desenvolvimento capitalista europeu? A Rússia também deveria experimentar o inferno do capitalismo para só depois atingir o socialismo ou suas especificidades socioeconômicas poderiam levar a um percurso diferente? Lenin, através de sua análise, demonstrou como a destruição da antiga estrutura camponesa russa estava intimamente vinculada a um processo de acumulação capitalista original; no entanto, o reconhecimento do desenvolvimento capitalista em curso não o levou de modo antidualético e mecânico a aceitar e reivindicar tal advento como uma realidade inexorável (Ibidem). É exatamente esta pretensão, a irrupção da política e a negação da continuidade “natural” dos processos evolutivos característicos da civilização ocidental, que explica a presente inaturalidade de sua figura: de fato, “que interesse pode nutrir por este revolucionário uma época na qual o “piloto automático” foi elevado à condição de melhor método de governo? Numa época de políticos aterrorizados com a simples ideia de abolição do regime de câmbio fixo, o que pode nos dizer um personagem que pretendia suprimir o regime capitalista?” (Giachè, 2017, p. 11).

O jovem Lenin se aproximou da obra de Marx e, portanto, da investigação marxista, através da aplicação de um método: privilegiar a análise estatístico-econômica da realidade social russa, evitando a abordagem generalista da revolução ou do capitalismo. Graças a este método, Lenin estabeleceu uma leitura original da questão camponesa na Rússia, levando em consideração a afirmação do capitalismo e a consolidação de uma classe operária, que em decorrência do atraso econômico-social e do despotismo czarista, destacava-se como uma das mais combativas e revolucionárias do mundo. Amplamente representativo deste período, da batalha contra as concepções populistas e, de modo mais geral, de sua maneira de entender o marxismo, são principalmente as três obras que constituem

as premissas teóricas de toda a sua atividade política subsequente: *Quem são os “amigos do povo” e como lutam contra os socialdemocratas?* (Cfr. Lenin, 1972), de 1884; *Características do romantismo econômico*, de 1897 (Cfr. Lenin, 1957) e *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, de 1898 (Cfr. Lenin, 1956).

A obra de 1898, imponente pela quantidade de dados estatísticos e econômicos analisados, é o trabalho no qual Lenin identifica a função potencialmente dirigente do proletariado russo no contexto de um quadro social marcado por profundas contradições e pela ausência de um papel hegemônico por parte da burguesia nacional. Para Lenin a Rússia está sendo progressivamente dominada pelas relações de produção capitalistas, mesmo se estas continuam a coexistir com institutos semifeudais e apesar da maioria de sua população estar ligada a relações produtivas pré-capitalistas. Contudo, se nos países ocidentais a burguesia assumiu um papel dirigente inequívoco, na Rússia prevalecia uma solução de compromisso entre a burguesia nacional e a autocracia czarista, uma aliança antinatural entre as classes mais dinâmicas do capitalismo e as classes parasitárias da aristocracia feudal. Na Rússia, a burguesia renunciara a assumir um papel politicamente autônomo, contentando-se com os espaços de iniciativa econômica concedidos pelo absolutismo czarista. É por isso que Lenin atribui ao proletariado a função dirigente de “classe geral”, sugerindo, já nesta obra, a necessidade de formação de um bloco social revolucionário mais amplo do que aquele composto apenas pela classe operária. A reforma agrária torna-se então a pedra angular para dotar o proletariado russo de um papel hegemônico nos confrontos da imensa massa amorfa de camponeses sem terra. É uma concepção que Gramsci também endossará ao analisar a função positiva dos jacobinos na Revolução Francesa, é a este tipo de direção que ele faz referência quando reflete sobre o papel da classe operária italiana na solução progressiva da questão meridional, isto é, camponesa.

Também são de grande interesse os artigos escritos por Lenin entre 1904 e 1905 (Cfr. Lenin, 1969), porque neles sua concepção dialética de revolução está claramente delineada. No primeiro deles, *Autocracia e proletariado*, Lenin escreve que quanto mais o caráter burguês da próxima revolução for esclarecido, tanto mais o proletariado, mesmo exercendo um papel ativo e propulsor na política e nas alianças sociais, deve assegurar a sua efetiva independência de classe. Reconhecer a natureza burguesa da revolução não significa diminuir o seu significado. A tarefa do partido do proletariado é, contudo, ler com frieza a realidade concreta tal como ela é – e não como se gostaria que fosse – calibrando sua intervenção com base nesta leitura. Neste sentido, a luta pela liberdade política e pela república democrática na sociedade burguesa deve certamente ser considerada como fundamental, reconhecendo, no entanto, que ela é apenas uma etapa, não esgotando o processo revolucionário. Saber discernir o caráter das diversas fases e analisá-las “com mente fria” não significa postergar a questão da revolução socialista para um futuro inescrutável, mas apenas encurtar os seus tempos, evitando fugas contraproducentes para um porvir distante, que apenas pressagia derrotas, desilusões e oscilações.

O movimento pela Constituição não difere daqueles precedentes no que se refere ao conteúdo liberal das reivindicações: a verdadeira novidade, destacada por Lenin no artigo *As extraordinárias manifestações dos proletários e o raciocínio medíocre de certos intelectuais*, consiste, na verdade, na participação direta dos trabalhadores neste movimento, com manifestações de rua, greves e assembleias populares de massa. De fato, intervenção popular em si representa para este movimento um grande salto de qualidade que o distancia dos limites do corporativismo de uma só classe. Certamente, a revolução naquele estágio, só poderia ser burguesa e, provavelmente, teria criado as condições para o desenvolvimento capitalista de tipo europeu; no entanto, segundo Lenin, não se trataria de uma revolução burguesa no sentido clássico. Na Rússia, a burguesia era incapaz de exercer a hegemonia sobre as outras classes sociais, seja pelo medo do proletariado, seja pelas condições de compromisso passivo com a autocracia czarista. Neste sentido, as demandas liberais deveriam ser apoiadas na medida em que funcionavam efetivamente contra a autocracia. E é precisamente neste apoio do proletariado que a ideia de hegemonia toma corpo:

“Somente para quem considera o conceito de hegemonia de maneira pequeno-burguesa, como comerciante, as coisas mais importantes são o acordo, o reconhecimento mútuo, as condições verbais”. “Segundo o ponto de vista proletário, a hegemonia na guerra pertence aos que lutam com mais energia, aos que aproveitam todas as oportunidades para golpear o inimigo” (Cfr. Lenin, 1969, p. 66).

A este respeito, Gruppi revelou a estreita relação entre a ideia de hegemonia em Lenin e a disputa sobre o posicionamento da socialdemocracia para com a revolução burguesa: “o que distingue a sua posição daquela da direita socialdemocrata [é] a sua forma de compreender e aplicar o marxismo, a dialética materialista. O que Lenin rejeita são as simetrias automáticas entre a base de classe e sua manifestação política: burguesia = democracia, proletariado = socialismo” (Gruppi, 1971, p. 45). Em suma, a Revolução de 1905 colocou de forma concreta o tema da autonomia política do proletariado e de sua organização pela primeira vez na Rússia. O ensaio *Dois táticas da socialdemocracia na revolução democrática*, apresentado exatamente no clamor da luta, constitui a melhor síntese dessa análise.

## 2. POR UMA NOVA TEORIA DA REVOLUÇÃO

Como é conhecido, no meio da redação do último capítulo de *Estado e revolução*, dedicado às revoluções na Rússia, a obra de Lenin foi interrompida pela ocorrência dos acontecimentos de outubro de 1917. Lenin passou de escrever sobre a revolução para fazê-lo concretamente: “além do título, não tive tempo de escrever uma única linha; fui “impedido” pela crise política [...] Nada posso fazer senão alegrar-me com tal impedimento” (Lenin, 1975, p. 153), comenta. Embora intitulada *Estado e Revolução*, esta obra fundamental trata essencialmente do primeiro termo, com certeza com a intenção polêmica de demolir a estatolatria socialdemocrata e, ao mesmo tempo, de não deixar aos anarquistas o monopólio da crítica ao Estado burguês. Trata-se, portanto, de uma obra política concebida numa conjuntura muito particular, que certamente não encerra ou conclui a concepção de Estado de Lenin. Pelo contrário, entre 1918 e 1922, Lênin começará a retrabalhar maciçamente o problema do Estado à luz da diferença de contexto entre «Oriente e Ocidente» (influenciando profundamente Gramsci), a ponto de incluir também entre as funções de um Estado moderno as múltiplas articulações da direção cultural das classes dominantes.

Segundo Krausz, a importância de *Estado e revolução* (provavelmente o mais conhecido e mais influente dos escritos de Lenin) está, no entanto, fora de questão, mesmo para os biógrafos que o consideram, do ponto de vista teórico, insignificante e rudimentar:

“O século XX testemunhou, em todo o mundo, a existência de movimentos políticos constituídos com base nesta obra incompleta de Lenin. Não apenas os comunistas leram este volume como uma Bíblia, mas os partidos e movimentos antiestatistas e anticapitalistas em geral o consideraram uma obra digna de estudo e aprofundamento. Isso aconteceu, antes de tudo, porque *Estado e revolução* prefigurava no presente uma perspectiva atraente da revolução socialista, fornecendo valores importantes para a esfera política, coerentes com essa ideia de sociedade” (Krausz, 2017, p. 248-249).

Por sua vez, Umberto Cerroni escreveu que a “importância duradoura” (Cerroni, 1975, p. 28) de *Estado e revolução* consiste em elevar os problemas postos pela luta política a uma perspectiva teórica muito complexa e elevada. E só nesta perspectiva podemos compreender a reconsideração da teoria marxista do Estado, que permite a Lenin reiterar a impossibilidade de uma transição gradual e contínua da democracia burguesa ao socialismo: o sufrágio universal não mudou a natureza da sociedade burguesa e, por conseguinte, a natureza representativa (delegada) das instituições

democráticas deveria ser superada por formas mais diretas e menos mediadas de participação popular. Fica clara a necessidade de se separar daqueles teóricos do movimento socialdemocrata que se mostraram relutantes ou pouco interessados em levar a luta de classes ao ponto de ruptura com a sociedade burguesa e suas articulações institucionais, por acreditar que bastaria mudar a direção do Estado para mudar sua natureza social.

Comentando a reafirmação dos dois princípios leninianos da ditadura do proletariado e da ruptura revolucionária, Cerroni sublinhou então outro aspecto analítico importante, isto é, a abordagem antidogmática de Lenin:

“Esses dois conceitos foram amplamente dogmatizados pelos apologistas de Lenin e, indiretamente, também, por seus críticos. Porém, o político Lênin não os dogmatizou, já que em 1917 - às vésperas de *Estado e revolução* - nos forneceu uma interessante alternativa estratégica que visa alcançar a destruição do capitalismo de um modo bastante original, que, se não se identifica com as propostas reformistas, tampouco se identifica com a revolução violenta” (Cerroni, 1975, p. 29).

Assim, neste trabalho, Lenin capta a ambivalência dos sistemas democráticos e a sua tendência para gerar não só conflito entre capital e trabalho, mas também uma contradição entre a dimensão formal da igualdade, encerrada na dimensão negativa da liberdade (intangibilidade da esfera individual pelo Estado), e o esvaziamento da soberania popular em proveito do “garantismo individualístico-proprietário” por meio da relação de representação. Tudo isso leva a uma involução, não ao desenvolvimento, da esfera democrática e a uma decadência burocrática do Estado político.

É um tema que teve importância fundamental na formação intelectual do jovem Marx e em sua transição da crítica filosófica à crítica da economia política: foi precisamente ao abordar essa questão problemática na *Questão Judaica* que Marx conseguiu de fato emancipar-se da influência de Bauer, compreendendo, em primeiro lugar, que a emancipação política não corresponde à emancipação humana. A partir dessa consciência, Marx afirmará a necessidade de imergir nas contradições sociais da esfera material e decidirá empreender o estudo da economia política clássica (Cfr., Marx, 1991). Do mesmo modo, segundo Lênin, “a inversão do homem em coisa e do fim no meio não se realiza apenas na relação de produção de riqueza, mas também na relação política que dela deriva”. A construção de relações sociais diversas daquelas burguesas deve, portanto, partir da reversão da relação entre o homem e o objeto que ele produz, tanto nas relações sociais e econômicas, quanto nas relações políticas. Com efeito, para Lenin, a luta deve desenvolver-se em ambos os flancos, sem dogmatismos, nem atalhos:

“E, em todo o caso, proíbe-se que comece de ambos os lados ao mesmo tempo, erigindo o dogma da iniciativa violenta e da ditadura do proletariado como forma de Estado (partido único) e não como tipo de sociedade (eliminação do capitalismo e da burguesia como classe), podendo significar (historicamente significou) que não se comece nem de um lado nem de outro. Assim ocorreu no Ocidente, onde o reformismo e o extremismo continuam a lutar pela verdade” (Lenin, 1975, p. 35).

O problema do Estado, escreve Lenin no prefácio de *Estado e revolução*, assume, sobretudo numa fase de agravamento dos conflitos imperialistas, uma centralidade não só teórica, mas também política. E isto, sobretudo, a fim de superar os esquemas evolutivos de uma socialdemocracia internacional que, numa fase de desenvolvimento relativamente pacífico, acabara por se submeter à direção dos interesses burgueses também no plano político-institucional, de modo a afirmar a insuperabilidade das formas representativas das instituições parlamentares burguesas.

Citando *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (Engels, 2019, p. 123-147), Lenin retoma a ideia do Estado como produto das relações sociais baseadas na propriedade privada e geradas pela necessidade de defendê-la do conflito de classes. Para além das representações

idealistas que descrevem o Estado como “a realidade da ideia moral”, os ideólogos da burguesia definiram o Estado como uma entidade acima das partes, com a função de conciliar interesses conflitantes e em luta (o particular com o universal). Mas o Estado não é um órgão neutro, nem é a mediação entre o particular e o universal: é um lado da barricada do conflito, o órgão de dominação de classe, “o comitê de negócios da burguesia”. Porém, escreve Lenin, a república democrática é “o melhor invólucro político possível para o capitalismo”, porque garante estabilidade, solidez e continuidade ao seu domínio, que não é ameaçado pela mudança de pessoal e de partidos dirigentes de seus governos, nem mesmo pela adoção do sufrágio universal. Se os socialdemocratas apresentam a superação do estado burguês como um processo gradual de extinção, que é determinado pelo efeito das reformas sociais por eles propostas, que eliminam sua necessidade histórica, Lênin rebate que deste modo se omite e se abandona o momento de ruptura revolucionária, de sua supressão radical e imediata por meio da socialização dos meios de produção e da destruição de sua antiga base social. Isso não significa que sob o regime capitalista se deva assumir uma postura de indiferença em relação à forma da república democrática: simplesmente não se deve cultivar ilusões sobre a margem de transformação social no interior desta forma institucional:

“Somos pela república democrática, na medida em que é, sob o regime capitalista, a melhor forma de Estado para o proletariado, mas não temos o direito de esquecer que o destino reservado ao povo, mesmo na mais democrática das repúblicas burguesas, é a escravidão assalariada” (Lenin, 1975, p. 56).

Portanto, segundo Lênin, a transição ao socialismo só pode ocorrer quando o proletariado se organiza como classe dominante, concentrando no Estado, sob sua própria direção, todos os instrumentos de produção. Pelo contrário, ele considerava como uma ilusão pequeno-burguesa, a submissão pacífica da minoria (as classes dominantes) à maioria do povo. Referindo-se ao *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, ele reconstitui o processo de aperfeiçoamento dos poderes do Estado burguês (parlamentar, executivo, judiciário-repressivo) através das revoluções que marcaram sua história. Na base do poder estatal centralizado, encontramos duas instituições “parasitárias”: a burocracia e o exército. Através destas duas articulações, a grande burguesia consegue dirigir também a pequena e média burguesia (urbana e rural), garantindo empregos no aparelho de Estado e um status social que os distingue do resto do povo e os faz aderir ao seu próprio bloco social (é uma questão muitas vezes retomada por Gramsci). Falando dos “países mais avançados”, e da consolidação da máquina estatal na era do imperialismo, Lênin sublinha a seguir o fortalecimento dos instrumentos repressivos contra a luta de classes, mas, ao mesmo tempo, já começa a lidar com outras formas mais complexas de direção, que vão além da mera dominação:

“De um lado, o desenvolvimento de um “poder parlamentar”, tanto nos países republicanos (França, América, Suíça), quanto nos monárquicos (Inglaterra, Alemanha, até certo ponto, Itália, países escandinavos, etc.); de outro lado, a luta pelo poder dos vários partidos burgueses e pequeno-burgueses que dividem e redistribuem o “butim” dos empregos do Estado, enquanto as bases do regime burguês permanecem inalteradas; finalmente, um processo de aperfeiçoamento e consolidação do “poder executivo”, de seu aparato burocrático e militar” (Lenin, 1975, p. 68).

Portanto, a questão do estado e as formas de transição para o socialismo estão no centro da concepção leninista da revolução. O evento histórico da Comuna de Paris fez com que Marx e Engels precisassem emendar o *Manifesto do Partido Comunista* com uma frase que se destaca emblematicamente no prefácio da edição alemã de 1872: “A Comuna, especialmente, forneceu a prova de que a classe trabalhadora não pode simplesmente se apossar da máquina de Estado já pronta e colocá-la em movimento para seus próprios fins” (Lenin, 1975, p. 73). Lênin interpreta



esta frase como a necessidade de superar o Estado burguês e não simplesmente de assumi-lo de forma gradual e pacífica: Marx, em outras palavras, destaca a necessidade de destruir a máquina burocrática e militar do Estado como uma “condição prévia de qualquer revolução popular”.

Já a ideia de uma revolução ampla e inclusiva, capaz de se estender além da classe operária às demais classes populares, num bloco social mais amplo, contrariava inteiramente, em sua opinião, o mecanicismo teórico rígido e escolástico da Segunda Internacional e dos partidos socialdemocratas, que só viam uma alternativa inflexível entre revolução burguesa e revolução proletária. Neste sentido, a Revolução Russa de 1905, para além dos seus resultados decepcionantes, não foi nem uma revolução burguesa, nem uma revolução proletária, mas precisamente uma “revolução popular”, porque foi intimamente marcada pela insurreição das camadas sociais mais baixas. E, exatamente ao interpretar a afirmação de Marx, Lenin torna explícito seu conceito de revolução popular:

“Na Europa de 1871, o proletariado não constituía a maioria do povo em nenhuma parte do continente. Uma revolução poderia ser “popular”, colocar em movimento a maioria efetiva apenas com a condição de que abrangesse o proletariado e o campesinato. Essas duas classes constituíam então o “povo”. Essas duas classes estão unidas pelo fato de que a máquina burocrática e militar do Estado as oprime, as esmaga, as explora. Quebrar esta máquina, demoli-la, eis o verdadeiro interesse do “povo”, da maioria do povo, dos operários e da maioria dos camponeses, eis a “condição prévia” da aliança livre dos camponeses pobres com os proletários. Sem esta aliança não é possível uma democracia sólida, não é possível uma transformação socialista” (Lenin, 1975, p. 74).

Marx não havia falado de “revolução popular» por um lapso, mas, de maneira muito mais realista, porque havia notado o equilíbrio de poder (relações de força) no continente europeu de 1871, constatando o interesse comum dos operários e camponeses em superar a máquina estatal burguesa. A adaptação socialdemocrata às instituições tradicionais da sociedade burguesa, até a afirmação de sua presumida insubstituibilidade, havia de fato deixado aos anarquistas o monopólio da crítica à relação de representação típica do parlamentarismo clássico. Pelo contrário, escreve Lênin, Marx queria evitar tanto a fraseologia revolucionária vazia quanto os desvios parlamentaristas. Ele havia rompido com os anarquistas “por causa de sua incapacidade de usar até mesmo o estábulo do parlamentarismo burguês, especialmente quando é claro que a situação não é revolucionária”. E, ainda assim, ele foi capaz de elaborar ao mesmo tempo, “uma crítica verdadeiramente revolucionária do parlamentarismo” (Lenin, 1975, p. 81).

Inevitavelmente ligada aos problemas da transição socialista, a questão da direção técnico-administrativa da máquina estatal tornou-se essencial naquele ponto. Segundo Lenin, se não é possível eliminar repentina e completamente a burocracia, é necessário substituir a velha máquina administrativa por uma nova como ponto de partida de uma nova organização do Estado construída sobre a centralidade das massas trabalhadoras. A substituição, tanto na administração estatal, como nas empresas, dos velhos funcionários burgueses pelo “controle operário” deveria ser a maneira de produzir uma reorganização socialista radical da sociedade. E Lenin estava de fato convencido de que, uma vez que o capitalismo fosse abatido, os trabalhadores poderiam assumir todas as funções técnicas até então desempenhadas por funcionários e quadros da burguesia. Este é provavelmente o aspecto mais utópico de seu pensamento; aspecto que, a partir de 1917, colidirá com uma realidade muito mais complexa, que obrigará a lidar com o despreparo do proletariado russo para assumir tais funções e com os problemas de desorganização e paralisia técnico-produtiva da Rússia numa fase muito delicada do pós-revolução. Não é de estranhar que este objetivo venha a revelar-se um dos mais difíceis de concretizar e a renúncia à fórmula do “controle operário”, com a conseqüente reconvocação à chefia da máquina administrativa e nas empresas dos antigos técnicos, será um dos elementos de maior decepção e pesar nos últimos anos da vida de Lenin, cada vez mais preocupado com o risco de

burocratização do jovem estado soviético. Dito isso, nem mesmo em *Estado e Revolução* Lênin almeja por uma condição ideal de palingênese revolucionária imediata da máquina administrativa:

“Não somos utópicos. Não “sonhamos” prescindir, da noite para o dia, de qualquer administração, de qualquer subordinação; estes são sonhos anarquistas, fundados sob a incompreensão das tarefas da ditadura do proletariado, sonhos que nada têm em comum com o marxismo e que, de fato, só servem para adiar a revolução socialista até o dia em que os homens serão melhorados. Não, queremos a revolução socialista com os homens como são hoje, e que não poderão prescindir de subordinação, nem controle, nem supervisores, nem contadores” (Lenin, 1975, p. 84).

### 3. OUTUBRO DE 1917: HEGEMONIA E REVOLUÇÃO

Como vimos, o primeiro pressuposto conceitual da revolução em Lenin é que cada país alcançaria o socialismo à sua maneira, de acordo com suas peculiaridades econômicas, históricas e culturais. Consistente com essa suposição geral, o caminho em direção ao socialismo russo haveria de ser extremamente diferente daquele prognosticado para os países ocidentais (Cfr. Le Blanc, 1990). Em função dessa diversidade, Lenin desenvolve uma concepção das relações com as massas camponesas contestada por outros componentes do POSDR, contrariando muitos bolcheviques no curso de 1917, que permaneceram essencialmente fiéis ao antigo programa.

Na concepção socialdemocrata, de fato, às massas camponesas era atribuído um papel apenas na fase democrático-burguesa da revolução, enquanto nenhum plano de ação hegemônico para elas era previsto pelo partido operário (outro tema desenvolvido posteriormente por Gramsci em sua constante controvérsia com o PSI). Contra tudo isso, Lênin opera uma primeira virada entre 1901 e 1908, propondo incluir as demandas das massas camponesas no programa do partido revolucionário do proletariado, porque somente colocando o problema de sua direção, o proletariado russo teria alguma chance de sucesso<sup>3</sup>. Esta intuição sobre a questão camponesa e política das alianças, então decisiva em 1917 e fundamental para a difusão do marxismo nos países rurais com um desenvolvimento limitado das forças produtivas, não se encontra em nenhuma outra elaboração marxista da época. A própria Rosa Luxemburgo, na época, não hesitou em criticar essa solução para a questão camponesa, que julgava “pequeno-burguesa” e em contraste com os pressupostos codificados do marxismo.

Até a Revolução de fevereiro, Lenin considerou a perspectiva da Revolução Russa no quadro de uma revolução democrático-burguesa, inscrevendo-a no quadro da revolução socialista europeia. A revolução de fevereiro de 1917, entretanto, após três anos de guerra, mudará profundamente o quadro tático da Revolução Russa, avançando rapidamente e colocando na ordem do dia a questão da transferência do poder aos soviets. Esta aceleração não teria assinalado imediatamente a transição para o socialismo, mas pelo menos teria determinado as condições para a construção do socialismo dentro de um quadro institucional - que Lênin compara à Comuna de Paris - novo e mais avançado que a república parlamentar: o sistema dos soviets.

No entanto, ao delinear esta passagem, Lenin nota o papel minoritário dos bolcheviques, apontando as suas tarefas imediatas, concentrando-se no trabalho de ganhar a maioria dentro dos soviets e no fim de toda colaboração com o governo provisório. A questão camponesa se encaixa exatamente nesta perspectiva. De fato, nas *Teses de abril*, no ponto 4, Lenin escreve:

“Reconhecer que o nosso partido é uma minoria, na maioria dos soviets de deputados operários, face ao bloco de todos os elementos oportunistas pequeno-burgueses, que estão sujeitos à influência da burguesia e que estendem esta influência ao proletariado [...]. Explicar às massas que os soviets de deputados operários são a única forma possível

<sup>3</sup> Esta batalha de ideias encontra uma síntese significativa em Lenin (1976). Os primeiros nove capítulos foram escritos em 1901, os últimos três em 1907. A publicação clandestina dos primeiros nove capítulos é ainda de 1901, depois foram republicados em 1905 e 1906, e, finalmente, foram integrados os três últimos capítulos e o material reeditado em 1908.

de governo revolucionário e que, portanto, enquanto este governo estiver sujeito à influência da burguesia, nossa tarefa só pode consistir em explicar às massas de forma paciente e sistemática, perseverante, conforme suas necessidades práticas, os erros de sua tática. Enquanto formos minoria, faremos um trabalho de crítica e de explicação dos erros, ao mesmo tempo em que defenderemos a necessidade de transferência de todo o poder estatal aos soviets de deputados operários, para que as massas se livrem de seus erros com base na experiência” (Lenin, 1967, p. 12).

Ainda em 9 de abril, Lenin reafirmava a necessidade de derrubar o governo provisório, mas, ao mesmo tempo, reiterava que enquanto o poder do governo permanecesse baseado num acordo com os soviets, e continuasse a expressar a “consciência e vontade da maioria dos operários e dos camponeses”, este resultado não poderia ser alcançado. Disto decorria a tarefa principal dos operários conscientes: “conquistar a maioria” para chegar ao poder. Portanto, neste artigo, Lenin se propôs o objetivo de criar um partido comunista capaz de atrair proletários, camponeses e massas cada vez mais numerosas; um partido, porém, que não concebesse a revolução como um golpe de estado de uma minoria consciente e que subordinasse a tomada do poder à prévia conquista da maioria das classes subalternas:

“Não somos blanquistas, não queremos a conquista do poder por uma minoria. Somos marxistas e apoiamos a luta de classe proletária contra a intoxicação pequeno-burguesa, contra o chauvinismo e a defensivismo, contra as frases vazias, contra a sujeição à burguesia” (Lenin, 1967, p. 31).

As *Teses de abril* suscitaram um amplo debate e profundas divisões até mesmo entre os próprios bolcheviques, alguns dos quais não aceitaram a virada operada por Lenin. Em suas *Cartas sobre a Tática*, Lenin esclarece posteriormente sua linha e não perde a oportunidade de polemizar com aqueles bolcheviques que permaneceram presos aos esquemas abstratos das fórmulas teóricas, sem se colocar o problema de verificá-los na realidade concreta. As *Cartas sobre a Tática* constituem, portanto, um documento muito importante, porque não só esclarecem o significado nada dogmático ou doutrinário do marxismo de Lenin, mas também porque delineiam o tema central da direção proletária sobre as grandes massas camponesas: somente através da estreita aliança entre operários e camponeses será possível superar a influência conservadora da burguesia e criar as condições para o socialismo.

Não é por acaso que, na urgência do momento, Lênin se refere a Engels para reafirmar que o marxismo não constitui um “dogma”, mas um guia para a ação, lançando-se contra as fórmulas decoradas e mecanicamente repetidas, “as quais, no melhor dos casos, podem no máximo, indicar as tarefas gerais, que são forçosamente modificadas pela situação econômica e política concreta de cada fase do processo histórico”. Ao contrário, “o marxista deve levar em conta a vida concreta, os fatos precisos da realidade, e não se apegar à teoria de ontem, que, como qualquer teoria, indica na melhor das hipóteses, apenas o fundamental, o geral, apenas aproximações na apreensão da complexidade da vida” (Lenin, 1967, p. 36-38).

No momento dado, a situação econômica e política concreta era para Lênin marcada pela passagem da primeira para a segunda etapa da revolução, ou seja, da passagem do poder da burguesia para a democracia soviética que havia posto fim ao dualismo entre o governo provisório e os soviets. Eis que a fórmula bolchevique da “ditadura democrática revolucionária do proletariado e do campesinato” encontra uma materialização, “torna-se carne e sangue” em uma instituição histórica concreta, o soviets. No entanto, o revolucionário russo não conclui por ignorar o movimento camponês ou pequeno-burguês, “brincando com a tomada do poder por um governo operário”; pelo contrário, indica o objetivo de conquistar a maioria no interior dos soviets, entre os deputados dos operários, assalariados agrícolas, camponeses e soldados.

Os compromissos firmados pelos socialistas-revolucionários com as forças burguesas, no quadro do governo provisório, impossibilitavam a execução do seu programa agrário, criando contradições entre este partido e a sua base social, a pequena propriedade camponesa e os assalariados agrícolas. A tarefa dos bolcheviques era inserir-se nesta contradição e trazer as grandes massas camponesas para o seu lado. As reivindicações dos camponeses iam contra a grande propriedade fundiária e consistiam na abolição sem indenização da propriedade da terra, no confisco de todos os estoques vivos e mortos da terra expropriada (exceto para os camponeses com pouca terra), na distribuição igualitária da terra entre os trabalhadores, com divisões periódicas, na abolição do trabalho assalariado e na promulgação de leis que impedissem o comércio de terras. Se essas reivindicações não podiam ser satisfeitas pelos socialistas-revolucionários, os bolcheviques tinham que se colocar à sua frente, demonstrando sua viabilidade. Como, na Rússia, um sistema bancário centralizado, estreitamente ligado aos núcleos fundamentais da grande produção industrial, controlava as terras - em sua maior parte hipotecadas -, a expropriação das terras significaria o confisco de grandes somas de capital bancário: somente por meio da fusão e nacionalização do sistema bancário, posto sob o controle do poder dos soviets, o confisco de grandes propriedades agrícolas era possível. E, portanto, somente o proletariado - interessado na abolição das relações sociais de produção burguesas - poderia realizá-lo.

Para Lênin, naquele momento, a fase da revolução burguesa já havia esgotado seu curso e o poder poderia passar aos soviets, visto que, “em três anos a guerra fizera a Rússia avançar trinta anos”. Na nova fase, o proletariado e o campesinato pobre eram as únicas forças capazes de pôr fim à guerra imperialista - na qual se enredavam os interesses da burguesia russa no poder -, para alcançar a paz democrática e dar os primeiros passos rumo ao socialismo. Portanto, muita atenção deveria ser dedicada ao trabalho de explicação e convencimento (consenso / hegemonia) das classes mais pobres, para conquistá-las para as posições bolcheviques e realizar a transferência do poder do governo provisório aos soviets. E, precisamente para alcançar essa maioria, Lênin não hesitará em incorporar integralmente ao programa bolchevique a proposta dos socialistas-revolucionários para a reforma agrária:

“Os camponeses querem manter a sua pequena propriedade, repartir as terras em partes iguais e igualá-las periodicamente. Que seja! Nem um único socialista razoável se afastará dos camponeses pobres nesta questão. Se as terras são confiscadas, significa que o domínio dos bancos é atingido na base; se os estoques forem confiscados, significa que o domínio do capital é atingido na base e que, quando o proletariado assumir o poder político, o resto virá por si, o resto virá da força do exemplo e será sugerido pela prática (...) a vida mostrará com que mudanças de forma isso ocorrerá. Isso é secundário. Não somos doutrinários: nossa doutrina não é um dogma, mas um guia para a ação. Não pretendemos dizer que Marx e os marxistas conhecem todos os aspectos concretos do caminho que conduz ao socialismo. Isso não faz sentido: sabemos aonde esse caminho leva, sabemos que forças sociais nos querem fazer segui-lo, mas, concretamente, na prática, isso será indicado pela experiência de milhões de homens, quando eles começarem a agir” (Lenin, 1967a, p. 270).

A centralidade da questão camponesa pode, portanto, ser vista como um papel de tornassol que nos permite compreender como a concepção de revolução de Lenin é tudo menos dogmática. Da mesma forma, um dos significados mais importantes da “aliança econômica”, que mais tarde será lançada com a NEP, é justamente a tentativa histórica de superar o uso de meios coercitivos pelo Estado para impor o socialismo às massas camponesas. Após o fim da fase caracterizada pelo “comunismo de guerra”, Lenin, através da NEP, tentará seguir um caminho que deveria levar a maioria dos camponeses a compreender a superioridade da produção cooperativa ou das grandes fazendas estatais sobre a pequena propriedade agrícola. E esta consciência, por sua vez, conduziria os camponeses para o socialismo voluntariamente, sem a necessidade do emprego de métodos “administrativos” (Fresu, 2017).

Como se pode ver, todos esses são temas que giram em torno da questão da hegemonia e da formação consensual de um bloco social, e que inspiraram a elaboração teórica de Antonio Gramsci, sobre a qual somos obrigados a abordar na conclusão. De fato, devido ao clima cultural e político evocado no início, são precisamente estes elementos de continuidade entre Lenin e Gramsci que são hoje objeto de uma duríssima dialética entre interpretações opostas. Se o legado da Revolução de Outubro representa o verdadeiro divisor de águas interpretativo em torno do pensamento político de Gramsci – disputa entre aqueles que reafirmam sua adesão (nunca negada) a esse processo e aqueles que pretendem reduzir o valor de sua centralidade, circunscrevendo-a a uma fase limitada de sua existência –, deve-se notar que um dos elementos comuns nas releituras das últimas décadas consiste exatamente no esforço de expurgar sua obra de qualquer conexão com o legado teórico e político de Lenin; talvez atribuindo-lhe reflexões, considerações e avaliações políticas típicas de um período posterior. Assim, sobretudo na Itália, existe agora uma categoria de estudiosos especializados em investigações sobre a suposta conversão política, senão religiosa, do revolucionário sardo. Isso levou alguns intérpretes a procurar entre cartas, documentos e até mesmo em alegados “Cadernos desaparecidos” as provas de um repúdio ao leninismo, mas nenhuma evidência jamais foi encontrada<sup>4</sup>. Além disto, nos *Cadernos* não faltam referências ao Lenin “teórico da hegemonia”, nem notas em que Gramsci o define como o principal inovador e promotor do materialismo histórico depois de Marx, de modo que a relação entre o filósofo de Trier e Lenin acaba sendo descrita como a síntese de um processo de evolução intelectual que se expressa na passagem da utopia à ciência e da ciência à ação.

É provável que esta operação hermenêutica hoje em voga não esteja desconectada do clima cultural e político que se seguiu ao colapso do socialismo real; entretanto, independentemente de nosso julgamento pessoal, as categorias da filosofia e da ciência política do passado não podem ser submetidas a interesses contingentes. A revolução de outubro de 1917 e o papel de seu principal protagonista impuseram-se à alma do jovem Gramsci, varrendo, de modo consciente e permanente, as ossificações dogmáticas do determinismo segundo-internacionalista e a pretensa linearidade histórica própria das ciências naturais, que excluem a intervenção ativa e consciente das grandes massas populares. Nesse sentido, o famoso artigo *A revolução contra o capital*, datado de dezembro de 1917, frequentemente descrito como ingênuo, idealista e representativo de um Gramsci ainda “muito imaturo”, na verdade, constitui, em muitos aspectos, um manifesto de sua concepção completamente leninista da revolução.

A Revolução de Outubro representou no imaginário coletivo de milhões de pessoas uma verificação da possibilidade concreta de reverter o estado de coisas existente, de modo a tornar a aspiração ao socialismo não mais apenas um ideal utópico, mas um horizonte realista. Como canalizar essas imensas forças sociais para uma forma de integração política tão forte e elevada que constitua a espinha dorsal do futuro estado socialista? “Como unir o presente ao futuro, satisfazendo as necessidades urgentes do presente e trabalhando de forma útil para criar e antecipar o futuro?”<sup>5</sup>. É em torno dessas turbulências teórico-práticas que se desenvolveram a reflexão e o compromisso político de Gramsci, cuja biografia política foi marcada pelo dramático fracasso das tentativas revolucionárias no Ocidente e pela abertura de uma fase de refluxo que favoreceu uma virada radical reacionária que culminou com o advento do fascismo. Assim, a principal questão de fundo dos *Cadernos do cárcere* torna-se: por que, apesar da profunda crise econômica e de hegemonia das classes dominantes, aliado a um contexto objetivamente revolucionário, não foi possível “traduzir” para o Ocidente a experiência vitoriosa dos bolcheviques russos? Por que no Ocidente foi a reação que triunfou? O que quer que

<sup>4</sup> É o caso do livro de Lo Piparo (2013), que ao afirmar a tese do misterioso desaparecimento de um caderno gramsciano emite um tríptico de sentenças inapeláveis e, sobretudo, sem provas, sobre os motivos e os responsáveis pelo desaparecimento: falta um caderno; Togliatti o fez desaparecer; nele Gramsci repudia o comunismo e o seu Partido. Paradoxalmente, a ausência dos documentos necessários à comprovação da tese do autor é aqui utilizada como prova de sua sentença. Na realidade, mesmo admitindo a ausência de um caderno, não se entende por qual razão Gramsci teria concentrado nele todas as suas críticas ao comunismo - uma hipótese contraditória com relação à estrutura da obra e do método de trabalho que utilizou -, enquanto no resto de seus escritos nada disso é rastreável.

<sup>5</sup> Gramsci, 1954, p. 87.

se pense sobre isso, estas são questões que não podem ser compreendidas e seriamente abordadas, se tentarmos definir as coordenadas do pensamento gramsciano a partir de sua alegada incompatibilidade com o legado político de Lenin.

## REFERÊNCIAS:

- ANDERSON, Kevin. *Lenin, Hegel ad Western Marxism. A critical study*. Urbana University of Illinois Press, 1995.
- CERRONI, Umberto. *Introduzione a Stato e rivoluzione*. Roma: Newton Compton, 1975.
- DE MORAES, João Quartim. Dialética, materialismo, leninismo. A universalidade do movimento. In: A.S. BARROSO, A. S. (Org.), *Presença da revolução*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2017 pp. 37-41.
- Engels, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Boitempo, São Paulo: Boitempo, 2019.
- FRESU, Gianni. *Lenin leitor de Marx*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2016.
- FRESU, Gianni. *Lenin: NEP, hegemonia e transição*, “Materialismo Storico”, 2/2017 (vol. III), pp. 82-107.
- FRESU, Gianni. *Gramsci e a revolução nacional*, in Lole, Ana – Leandro Chaves Gomes, Vitor –Del Roio, Marcos (org.), *Gramsci e a Revolução Russa*, Morula, Rio de Janeiro, 2017.
- FRESU, Gianni. *Antonio Gramsci. L'uomo filosofo*, Aipsa, Cagliari, 2019.
- Giacché, Vladimiro, (a cura di), *Lenin, Economia della rivoluzione*, Il saggiatore, Milano. 2017
- GRAMSCI, Antonio. *L'Ordine Nuovo 1919-1920*, Einaudi, Torino, 1954.
- GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*, Einaudi, Torino, 1975.
- GRUPPI, Luciano. *Il pensiero di Lenin*. Roma: Editori Riuniti, 1971.
- KRAUSZ, Tamás. *Reconstruindo Lenin*. Uma biografia intelectual. São Paulo: Boitempo, 2017.
- LE BLANC, Paul, 1991 *Lenin and the Revolutionary Party*., Humanities Press, Atlantic Highlands-NJ.
- LENIN, Vladimir Ilic. *Lo sviluppo del capitalismo in Russia*, in *Opere Complete*, Vol. III. Roma: Editori Riuniti, 1956.
- LENIN, Vladimir Ilic. *Caratteristiche del romanticismo economico*, Editori Riuniti, Roma, 1959.
- LENIN, Vladimir Ilic. *Autocrazia e proletariato; Ottime manifestazioni di proletari e pessimi ragionamenti di certi intellettuali*, in *Opere complete*, vol. VII, Editori Riuniti, Roma, 1967
- LENIN, Vladimir Ilic. *Opere Complete*, vol. XXIV, Editori Riuniti, Roma.
- LENIN, Vladimir Ilic. *Opere complete*, vol. XXV, Editori Riuniti, Roma, 1967.
- LENIN, Vladimir Ilic. *Che cosa sono gli “amici del popolo” e come lottano contro i socialdemocratici*, Editori Riuniti, Roma, 1972
- LENIN, Vladimir Ilic. *Stato e rivoluzione*, Newton Compton, Roma. 1975.
- LENIN, Vladimir Ilic. *La questione agraria e i “critici di Marx*, Editori Riuniti, Roma, 1976.
- LO PIPARO, Franco. *L'enigma del quaderno*. Donzelli, Roma: Donzelli, 2013.
- LOSURDO, Domenico. *Il peccato originale del Novecento*, Laterza, Roma-Bari, 1998.
- LOSURDO, Domenico. *Il marxismo occidentale. Come nacque, come morì e come può RINASCERE*, LATERZA, ROMA-BARI, 2017
- LUKÁCS, György, *Lenin*, Einaudi, Torino, 1970.
- MARX, Karl, A questão judaica, Moraes, São Paulo, 1991.
- ŽIŽEK, Slavoj, *Lenin Oggi*, Ponte delle Grazie, Milano, 2017.